

Congresso muda indexação do orçamento

BRASÍLIA — O Congresso vai alterar completamente a técnica de indexação do Orçamento Geral da União, informaram integrantes da Comissão Mista de Orçamento do Congresso Nacional, ontem, ao ministro do Gabinete Civil Ronaldo Costa Couto. A decisão representa uma demonstração de força do Congresso e quebra a espinha dorsal do orçamento imaginado pelo ministro João Batista de Abreu. Com a mudança, as contas do governo serão corrigidas segundo uma inflação projetada como era antigamente, o que obrigará o governo a passar o próximo ano, época de eleição presidencial, em sucessivas negociações com o parlamento.

As mudanças já introduzidas até agora no Orçamento mostram que a nova Constituição inaugurou uma nova era na economia brasileira, com o Congresso efetivamente alterando as previsões de gastos e de receita feitas pelos ministérios econômicos. Como consequência a previsão de déficit público será maior em função de um afrouxamento da obrigatoriedade de pagamento da dívida externa imposta aos estados. Mas os parlamentares informam que haverá um corte de subsídios maior para compensar a perda de receita da União, decorrente de uma proposta mais favorável aos governadores para rolagem das dívidas externas estaduais.

Reunião longa — A reunião entre os membros da comissão e o ministro Costa Couto começou na noite da sexta-feira às 23 horas, e terminou às 24h20, quando o ministro interrompeu a conversa para buscar o presidente José Sarney, que retornava de São Paulo, na Base Aérea. Ontem, ela foi retomada às 10h30 da manhã, na casa de Costa Couto, com a participação do líder do PMDB na Câmara, Ibsen Pinheiro — interlocutor de Sarney na nova tentativa de entendimento com o Legislativo sobre as dívidas dos estados — do presidente da comissão de orçamento, Cid Carvalho (PMDB-MA), de seu relator, Almir Gabriel (PMDB-PA), e do deputado Genebaldo Correa (PMDB-BA), além de assessores de ambos os lados.

A desindexação do orçamento é uma proposta do senador Fernando Henrique Cardoso (PSDB-SP), em emenda apresentada à comissão. A indexação — mecanismo que o governo introduziu neste orçamento para atualizar automaticamente receitas e despesas, vinculando, por exemplo, a folha de salários do funcionalismo à URP, o serviço da dívida externa à taxa cambial e a dívida interna à OTN — seria, acham os parlamentares, uma perigosa arma para ficar nas mãos do governo em ano eleitoral. Porque, qualquer que fosse a inflação, o governo não teria que retomar a negociação com o Congresso.

Principalmente porque a assessoria técnica da comissão concluiu que o governo superestimou suas despesas e, com a correção automática permitida pela indexação, teria sempre dinheiro sobrando para remanejá-lo como bem entendesse. Com a desindexação, acredita a comissão, a relação receita-despesa voltaria a frequentar patamares reais e obrigaria o governo a pedir suplementação de verbas ao Congresso, demonstrando claramente as razões do pedido, toda a vez que a inflação assim o exigisse.

Equívoco — Outro equívoco do governo, percebido, foi o de não ter retirado seu substitutivo assim que o Congresso decidiu que ele seria tratado como se fosse uma emenda. A decisão dos deputados dá grande flexibilidade ao Congresso para aprovar receitas e despesas de uma versão e outras da segunda versão, e, na prática, cortar despesas ou restituir receitas a ministérios que tiveram seus gastos cortados linearmente em 20% na segunda versão.

Do lado do déficit público, uma alternativa seria corrigir a previsão de um superávit de 0,07% nas contas do governo (orçamento da União, das estatais e da Previdência). Esta mudança seria a consequência da autorização que seria dada ao governo para emitir mais títulos da dívida, aumentando sua receita. O senador Almir Gabriel, relator da comissão, não concorda, por considerá-la inflacionária e alimentadora do déficit, já que aumentaria a dívida pública.

“Arrombamos a porta dos subsídios”, definiu Cid Carvalho, referindo-se a outra fonte de receita, lembrada várias vezes pelos ministros da Nova República, mas efetivamente quase intacta. O corte desses benefícios — principalmente de investimentos no Norte e Nordeste — encontra resistências inclusive no próprio Congresso.

Recuo — Do lado da Comissão de Orçamento, o único recuo que os participantes da reunião admitem seria aumentar um pouco o valor do pagamento da dívida externa a vencer em 89, pelo governo de São Paulo. Os próprios parlamentares admitem que o estado pode contribuir mais, já que a proposta de rolagem da comissão reduziu substancialmente seus compromissos. Durante a reunião de ontem, na casa do ministro Costa Couto, os parlamentares ligaram para o governador Orestes Quércia e também para o do Rio Grande do Sul, Pedro Simon, outro grande devedor.

O grande recuo, no entanto, era do governo federal. Um dos participantes da reunião comentou que a dívida vencida dos estados não está em discussão e será integralmente rolada, ao contrário do que queria o governo. A cautela de Costa Couto em avaliar a reunião com os membros da comissão era visível mas os parlamentares afirmavam que haviam contabilizado avanços.

Depois do encontro os deputados foram para a casa de Ulysses Guimarães e o ministro se reuniu com o secretário geral do Planejamento, Ricardo Santiago, e com o secretário de Orçamento e Finanças, também da Seplan, José Ribas Neto. Nova reunião entre Costa Couto, o líder Ibsen Pinheiro e os membros da comissão estava marcada para as 20h30. Uma solução precisa ser encontrada nas próximas horas.